

Educação técnica e desenvolvimento humano e social

Nacim Walter Chieco()*

1. Educação e desenvolvimento social

A partir de 1996 teve início, no Brasil, um processo de ampla e profunda reforma educacional. O contexto histórico dessa mudança resulta do restabelecimento do regime democrático na década anterior. Por outro lado, na área econômica, nesse mesmo período ocorre a deliberada inserção do país no mercado internacional aberto e crescentemente competitivo. Nesse quadro, o trabalho e o emprego sofrem alterações significativas e constantes, em função, sobretudo, das inovações tecnológicas e dos novos modos de organização da produção. Surgem novas ocupações e, conseqüentemente, novas competências profissionais são exigidas. Postos de trabalho e profissões passam a requerer perfis de qualificação inteiramente modificados. Sociedade, economia e mercado passam a valorizar um novo cidadão trabalhador capaz de desempenhar múltiplas funções com autonomia, responsabilidade e criatividade.

Nas décadas anteriores, em uma economia pouco competitiva, as exigências educacionais limitavam-se a uma elite de profissionais altamente qualificados e a uma população trabalhadora com pouca ou nenhuma escolaridade básica e profissionalmente semi-qualificada. Hoje, são condições de sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social a universalização da educação básica e a ampliação e melhoria dos níveis de qualificação para o trabalho. Por isso as atuais políticas públicas de educação têm sido implementadas no sentido de efetivamente proporcionar o ensino fundamental a toda a população, na idade própria, ou seja, dos sete aos quatorze anos de idade. Como suporte absolutamente indispensável dessas políticas, medidas concretas de valorização do magistério estão sendo postas em prática juntamente com um vigoroso processo de descentralização administrativa e de modernização da rede escolar. Ao mesmo tempo, amplia-se a oferta do ensino médio, com duração de três anos após o ensino fundamental, e da educação infantil até os seis anos de idade. A educação básica para todos constitui a grande prioridade nacional na "década da educação", de 1997 a 2006, estabelecida na nova lei geral da educação nacional. Fica claro, portanto, que o Brasil está buscando melhorar e consolidar o nível educacional da população, contribuindo para a elevação do seu índice de desenvolvimento humano (IDH).

A qualificação para o trabalho, por seu turno, torna-se imperativo associado ao desenvolvimento tecnológico, econômico e social. No contexto da reforma educacional, a educação profissional adquire especial relevo, pois situa-se no âmbito dos direitos sociais ao trabalho e à educação. A educação profissional em qualquer nível, entretanto, não deve manter o caráter de substituição da educação básica, como historicamente vinha ocorrendo no País. Uma educação profissional de qualidade assenta-se em uma educação básica de qualidade, sobre a qual consolidam-se e edificam-se as competências gerais e profissionais requeridas pelo mundo do trabalho. Competências integrantes de perfis profissionais flexíveis, não restritos a um posto de trabalho específico. Não há mais lugar para a profissão única e definitiva para toda a vida produtiva. Cada trabalhador, além de ser capaz de adaptar-se e de promover mudanças no processo produtivo, deve estar apto e predisposto a aprender e aperfeiçoar-se continuamente.

Para o atendimento às novas necessidades econômicas e sociais, a educação profissional deve

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

integrar-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. Deve desenvolver-se em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Há três níveis, definidos pela legislação, de educação profissional: o básico, destinado a qualificar a grande maioria da população trabalhadora; o técnico, destinado a formar profissionais de nível médio, variando de dois a quinze por cento na estrutura ocupacional em função do avanço e das exigências tecnológicas de cada área produtiva; o tecnológico, destinado a formar profissionais de nível superior.

Historicamente, o nível técnico da educação profissional ocupou posição de destaque, seja pela presença no processo produtivo, seja pela atuação de instituições de educação técnica, públicas e privadas, de longa tradição. Dada a sua importância, serão apresentadas a seguir as linhas gerais da atual reforma da educação técnica no Brasil.

2. A reforma da educação técnica

Sem dúvida, o técnico de nível médio é um profissional solicitado pelo mercado de trabalho em todos os setores da economia. Uma questão central é justamente encontrar-se o ponto adequado de calibração da oferta de formação. Igualmente indesejáveis são as estimativas exageradas ou subdimensionadas de quantidade de técnicos e a desatualização dos perfis profissionais e currículos em relação às competências requeridas pelo mercado e pela sociedade. Na década de setenta, o Brasil experimentou, equivocadamente e com efeitos desastrosos, a formação compulsória de técnicos inerente a todo o ensino médio, antigo segundo grau. Rapidamente verificou-se que nem a demanda era tão grande, nem a rede escolar tinha condições de oferecer educação técnica universal de qualidade. No início da década de oitenta essa orientação foi revertida.

Outro problema identificado na estrutura dos cursos técnicos consiste na excessiva rigidez e conseqüente superação dos currículos vinculados ao ensino médio. Ora, a nova concepção de educação básica compreende o ensino médio como etapa final de consolidação de conhecimentos gerais e de preparação geral para o exercício da cidadania e do trabalho. Muitos jovens, após a conclusão do ensino médio, ingressam diretamente no mundo do trabalho. A procura por cursos técnicos deve corresponder aos reais interesses e necessidades da população, do mercado e da sociedade. Por isso, a medida mais importante, de efeitos duradouros e profundos, introduzida com a atual reforma é a organização curricular dos cursos técnicos de forma própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecidos concomitante ou seqüencialmente a este. A par dessa desvinculação curricular, estimula-se e apoia-se a articulação pedagógica e institucional entre a educação técnica e o ensino médio. A independência dos currículos viabiliza duas vantagens essenciais: os alunos, com percursos escolares autônomos, passam a ter a possibilidade de revisão de escolhas e prioridades a qualquer tempo, sem desperdício dos estudos realizados; as instituições passam a contar com maior autonomia e flexibilidade para promover constantes atualizações dos perfis de conclusão dos cursos técnicos.

Duas relevantes inovações são propostas pela nova legislação: a modularização dos cursos e a certificação de competências. A modularização já começa a ser praticada e visa, primordialmente, atender com mais agilidade as demandas individuais e econômicas, pois permite entradas, saídas e retornos ao processo formativo mediante oferta de qualificações ao longo do itinerário de habilitação do técnico. A certificação profissional, à semelhança das

políticas de qualidade e produtividade, deflagra um amplo movimento de mobilização dos agentes econômicos e sociais com o objetivo de definir-se, consensualmente, perfis nacionalmente padronizados que permitam uma avaliação e reconhecimento de competências constituídas no trabalho ou na escola, em estudos regulares ou por meios informais. A modularização e a certificação pressupõem estratégias de participação e de negociação envolvendo todos os segmentos interessados da sociedade: trabalhadores, empresários, educadores, governo e consumidores.

Definidas as diretrizes gerais aplicáveis à educação profissional e, especificamente, ao nível técnico, restaria a formulação das diretrizes curriculares nacionais, tarefa que o Conselho Nacional de Educação competente e participativamente executou em 1999. Destacam-se como princípios norteadores da educação técnica de nível médio:

- I - independência e articulação com o ensino médio;
- II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III - desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- IV - flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI - atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII- autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

Para a oferta de cursos, os critérios essenciais são o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade, bem como a conciliação de tais demandas com a vocação e a capacidade de cada instituição formadora.

A inovação mais relevante introduzida nas diretrizes curriculares consiste justamente na autonomia das escolas - entendida como prerrogativa e responsabilidade - de definir os perfis de conclusão e o currículo dos cursos técnicos, a partir de competências gerais e cargas horárias mínimas por áreas profissionais, estabelecidas em âmbito nacional. O currículo, portanto, é considerado um meio pedagogicamente essencial para o alcance do perfil de conclusão de cada curso. As áreas profissionais, em número de vinte, embora não tenham a intenção de exaurir possibilidades futuras, constituem um quadro expressivo e sintético da realidade atual quanto à produção de bens e serviços, à tecnologia e ao trabalho. Vale a pena observar esse quadro:

ÁREA PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE CADA HABILITAÇÃO
1. Agropecuária	1.200
2. Artes	800
3. Comércio	800
4. Comunicação	800
5. Construção civil	1.200
6. Design	800

7. Geomática	1.000
8. Gestão	800
9. Imagem pessoal	800
10. Indústria	1.200
11. Informática	1.000
12. Lazer e desenvolvimento social	800
13. Meio ambiente	800
14. Mineração	1.200
15. Química	1.200
16. Recursos pesqueiros	1.000
17. Saúde	1.200
18. Telecomunicações	1.200
19. Transportes	800
20. Turismo e hospitalidade	800

As escolas e instituições, portanto, formularão perfis e desenharão seus cursos e currículos de habilitações específicas acrescentando as competências requeridas pelo mercado e pela comunidade local ou regional.

Toda a reforma, entretanto, depende de mecanismo eficaz de atualização permanente das diretrizes nacionais, o que está previsto mediante participação de educadores, empregadores e trabalhadores. De qualquer forma, como muito bem concluiu o conselheiro Fábio Aidar em parecer sobre as diretrizes operacionais da educação profissional:

"as mudanças introduzidas pela nova legislação na educação profissional representam passos preparatórios para as mudanças reais, em sintonia com as novas demandas de uma economia aberta e de uma sociedade democrática. Estará nas mãos das instituições educacionais e respectivas comunidades a construção coletiva e permanente de propostas e práticas pedagógicas inovadoras que possam dar resposta aos novos desafios."

Como eixos estratégicos do desenvolvimento nacional figuram, necessariamente, políticas públicas de democratização da educação profissional e, em função das reais necessidades econômicas e sociais, de ampliação das oportunidades de educação técnica. Diretamente relacionada às variáveis educação e renda, a experiência atual de reforma da educação técnica deve contribuir decisivamente para o desenvolvimento humano e social da população brasileira.

(*) - Presidente do Conselho Municipal de Educação de São Paulo

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)